

PORTARIA CRESS-TO Nº. 34/2023 de 01 de setembro de 2023.

Institui critérios e prazos para realizar os lançamentos e pagamentos nas plataformas internas ou sites de instituições financeiras pelo Setor Financeiro do Regional e adoção de outras medidas.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS 25ª Região, no exercício de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoar o cumprimento de exigências formais quanto a regularização dos pagamentos e procedimentos junto às instituições financeiras e suas rotinas preparatórias;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir os procedimentos e prazos para realizar os pagamentos e lançamentos internos de pagamentos nas plataformas internas e sites de instituições financeiras, para a consecução das obrigações a serem adimplidas pelo CRESS pelo Setor Financeiro.

Art. 2º - Todos os pagamentos do Regional deverão ser realizados às sextas-feiras, e, em casos excepcionais, poderão ser pagos nas quartas-feiras.

Art. 3º - Os pagamentos de boletos, DARF e demais impostos, assim que disponíveis, deverão ser lançados ou agendados no sistema, todas as primeiras sextas-feiras do mês, mesmo que o vencimento seja em data posterior.

Art. 4º - Os pagamentos de diárias de conselheiros, assessores e trabalhadores deverão ser lançados no sistema 48 horas antes da viagem acontecer, desde que devidamente solicitado e autorizado pela Presidência na respectiva solicitação.

Parágrafo Único - Só poderão ser pagas diárias e ajuda de custos e congêneres, se o solicitante apresentar os documentos comprobatórios referente a viagem ou solicitação, ficando vedado lançar os pagamentos faltando documentação comprobatória.

Art. 5º - Todos os pagamentos só poderão ser lançados para autorização da Presidência e Tesouraria mediante prévia conferência e regularidade do processo que gerou a despesa.

Parágrafo Primeiro – Deverá ser observada a disponibilidade orçamentária, o respectivo empenho da despesa, a existência de nota fiscal e liquidação em sistema.

Parágrafo Segundo – É vedado lançar pagamentos de processos que faltem documentação ou esteja faltando informações, devendo ser reportado à Presidência por Comunicação Interna o motivo do não cumprimento.

Art. 6º - Fica vedado realizar lançamento de pagamentos no sistema sem que haja consulta prévia quanto a disponibilidade orçamentária.

Art. 7º - Todos os pagamentos lançados deverão ser consultados no Relatório do Quadro de Detalhamento de Despesas se ainda existe orçamento, e, em caso de inexistência ou insuficiência, deverá ser reportado à Presidência e Tesouraria por Comunicação Interna para que tomem as devidas providências, ficando suspensa a execução ou inserção do referido pagamento.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições anteriores em contrário.



TACIANE DE OLIVEIRA
Conselheira Presidente